



RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA VANIA DA SILVA

**ATUAÇÃO DO CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO INCLUSIVA PARA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CEPID): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE
INCLUSÃO**

Fortaleza- CE
2019

MARIA VANIA DA SILVA

**ATUAÇÃO DO CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO INCLUSIVA PARA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CEPID): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE
INCLUSÃO**

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof. (a) Dra. Virzangela Paula Sandy Mendes

Fortaleza - CE
2019

MARIA VANIA DA SILVA

**ATUAÇÃO DO CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA (CEPID): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO**

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Ratio - Faculdade Teológica e Filosófica, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Data de aprovação: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Virzangela Paula Sandy Mendes
Orientadora – Faculdade Ratio

Prof.^a. Ms. Diocleciana Paula da Silva.
Avaliadora – Faculdade Ratio

Prof.^a Ms. Luciana Gomes Marinho
Avaliadora – Faculdade Ratio

Dedico este trabalho a todos os meus familiares em especial a minha irmã em memória.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me fortalecido ao ponto de superar as dificuldades enfrentadas nessa jornada de mais de 4 anos, e por toda saúde que me deu e que me permitiu alcançar esta etapa tão importante da minha vida para seguir na luta!

A minha orientadora, professora Virzangela Sandy, pelos os ensinamentos no processo de construção e finalização deste trabalho.

Por fim, à banca examinadora professoras Luciana e Diocleciana que aceitaram o convite de participar deste importante processo de avaliação de trabalho. O meu muito obrigado. Gratidão a todos.

RESUMO

Considerados muitas vezes como pessoas sem nenhuma utilidade as pessoas com deficiência se encontram diante de inúmeros problemas dos mais diversos tipos, como a discriminação ou preconceito, dentre outros. Diante disso, esta monografia tem como objetivo geral, Compreender como se desenvolve a atuação dos profissionais que atuam no Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência (CEPID). Para isso, como forma de melhor delimitação, faz-se necessário apresentarmos também os seguintes objetivos específicos: descrever os serviços ofertados no CEPID para as pessoas com deficiência, apontar as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência e apresentar as percepções do (a) assistente social que desenvolve suas atividades no CEPID. Para a realização desta pesquisa utilizamos uma metodologia de cunho qualitativo com base bibliográfica e de campo e como técnica/instrumentos utilizou-se a entrevista. A partir das entrevistas coletadas em campo foi possível entender como se desenvolve as atividades do CEPID. Além disso, evidenciamos a grande importância do profissional assistente social na instituição, pois o mesmo desenvolve um papel fundamental no acolhimento e encaminhamentos das pessoas com deficiência que buscam atendimento no local. Ressaltamos que o CEPID é um espaço destinado à inclusão das pessoas com deficiência que participam de diversas atividades que são oferecidas pela instituição.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência; Inclusão social; CEPID

ABSTRACT

Frequently regarded as people of no use, people with disabilities find themselves confronted with numerous problems of the most diverse kinds, such as discrimination or prejudice, among others. In view of this, this monograph has as general objective, to understand how the work of the social service in the Center for Inclusive Professionalization for People with Disabilities (CEPID) is developed. To this end, as a form of better delimitation, it is necessary to present the following specific objectives: to describe the services offered at CEPID for people with disabilities, to point out the public policies directed at the disabled person and to present the perceptions of (a) social worker who develops his activities at CEPID. For the accomplishment of this research we used a qualitative methodology with bibliographical and field basis and as technique / instruments the interview was used. From the interviews collected in the field it was possible to understand how the activities of CEPID are developed. In addition, we highlight the great importance of the professional social worker in the institution, as it develops a fundamental role in the reception and referrals of people with disabilities who seek care in the place. We emphasize that CEPID is a space for inclusion and the disabled people that participate in various activities that are offered by the institution.

Keywords: Disabled person; Social inclusion; CEPID

LISTA DE FIGURAS

Figura I: Centro De Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência (CEPID).....	21
Figura II: entrada do CEPID	37
Figura III: Auditório para realização de palestras e cursos.....	37
Figura IV: sala de aula	38
Figura V: área de convivência e de realização de cursos com foco na formação para o mercado de trabalho.	38
Figura VI: realização de cursos com foco na inclusão digital:	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPID	Centro De Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPF	Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa
PCDs	Pessoas com deficiência
QP	Qualificação Profissional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2. TRAJETÓRIA DE PESQUISA	18
2.1 Relatos sobre a aproximação com o objeto de estudo.....	18
2.2 A inserção em campo e interlocutores da pesquisa.....	20
3. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL	25
3.1 contextualização acerca da pessoa com deficiência.....	25
3.2 Estatuto da pessoa com deficiência.....	30
3.3 Exclusão Social: questão que dificulta a inserção das pessoas com deficiência	31
4. A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DESENVOLVIDO NO CEPID PARA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.	34
4.1 Atuação do serviço social na instituição.....	34
4.2 Estrutura física do CEPID	36
4.3 Relatos dos profissionais que atuam no CEPID.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	50
APÊNDICE B – MODELO DE OFÍCIO PARA ENTRADA EM CAMPO	50
ANEXO A – MODELO DE OFÍCIO PARA ENTRADA EM CAMPO	51
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	52

INTRODUÇÃO

A pessoa com deficiência na sociedade brasileira sempre foi tida como alguém que não é mais produtiva. Sabemos que vivemos num mundo em que o capitalismo é a força detentora da humanidade e que os lucros sempre são visados em primeiro lugar, conforme observamos nas palavras de Melo e Perdigão (2013):

É neste contexto excludente da sociedade capitalista contemporânea que se situam todos aqueles considerados improdutos, não adequados ou “despreparados” para acompanhar a mudança veloz dos tempos, dos processos produtivos e das exigências e demandas desse novo mundo do trabalho. Nestes novos tempos, de proliferação de discursos acerca da inclusão social e educacional de pessoas com deficiência, contraditoriamente, estas ainda são vistas pela sociedade do capital como desviantes da normalidade, não sendo consideradas adequadas para o mercado de trabalho competitivo (p. 7).

De acordo com os números do último censo publicado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são alarmantes no que se refere ao nível de escolaridade das pessoas com algum tipo de deficiência. Segundo os dados, mais de 900.000¹ (novecentas mil) pessoas possuem o fundamental completo e o ensino médio incompleto, o que revela uma falta de escolaridade mínima para algum vínculo empregatício no mercado de trabalho.

A marginalização é outro fator problemático no que se refere à pessoa com deficiência dentro da sociedade brasileira, pois diante do achismo da falta de produtividade dessas pessoas cria-se uma sociedade altamente preconceituosa e diante dessa situação, a pessoa com deficiência sofre com baixa-estima o que prejudica ainda mais o seu desempenho no mercado de trabalho.

A respeito desse assunto, vale salientar que essa marginalização não é algo contemporâneo. Segundo Pacheco e Alves (2007) na Grécia Antiga “havia uma supervalorização do corpo belo e forte, pois favorecia a luta nas guerras. Assim, crianças mal formadas ou doentes eram abandonadas à própria sorte para morrer”. Contudo, a partir do século XIX, com a Revolução Industrial começaram se pensar sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho:

¹ Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_uf_xls.shtm> Acesso em 25 Fev 2019.

[...] a partir da segunda metade do século XIX, houve uma grande preocupação com o potencial para o trabalho da pessoa com deficiência, o que contribuiu com a criação de várias organizações até hoje existentes com esta finalidade. Assim, observa-se um período voltado para a educação da pessoa com deficiência em que novas técnicas, adaptações e programas de ensino foram estabelecidos e mantidos até os tempos atuais, embora em processos de aperfeiçoamento e/ou reformulação (PACHECO E ALVES, 2007, p. 3).

Durante a realização da pesquisa evidenciamos que os dados divulgados em relação à pessoa com deficiência são do ano de 2010. Segundo o IBGE em pesquisa realizada e divulgada em 27 de abril de 2012, cerca de 23,9% da população declara possuir alguma deficiência, que pode ser caracterizada como: deficiência visual, auditiva, motora ou mental. É importante salientar que esse segmento encontra várias dificuldades de inserção no mercado de trabalho, mesmo existindo normas protetivas, que por diversas vezes não são cumpridas pelas empresas.

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS²), estima-se que no Ceará 35,8 mil empregos, que deveriam ser ocupados por pessoas com deficiência, apenas 11,6 mil estavam realmente preenchidos, desta forma podemos evidenciar que existe uma grande defasagem e falta de fiscalização para que essas cotas sejam cumpridas, causando assim uma lacuna de 24,2 mil empregos, sinalizando que ainda há muito que ser feito para inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

As pessoas com deficiência física representam pouco menos de 2/3 do total de pessoas com deficiência que possuem vínculos formais de emprego no Ceará no ano de 2011, realidade bem superior ao registrado no cômputo nacional (53,3%). Em seguida, destacam-se os trabalhadores com deficiência auditiva (16,9%), reabilitados (7,8%), visuais (7,0%), intelectuais (2,0%) e múltiplos (0,8%)³.

Embora os dados publicados acerca da pessoa com deficiência sejam vagos e desatualizados, fica claro que no Brasil existem muitas pessoas com deficiência e com uma grande dificuldade de inclusão em uma sociedade que está cada vez mais capitalista, em que o trabalho é a fonte de renda.

Para se compreender de fato como se dá o trabalho desenvolvido pelo assistente social no CEPID, elegemos algumas categorias para embasamento do estudo, tais como: pessoa com deficiência, inclusão social e CEPID.

² Disponível em: <http://trabalho.gov.br/rais>>. Acesso em 20 abr 2019.

³ Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5499/1/Rede%20de%20cuidado%20%C3%A0%20pessoa%20com%20defici%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em 20 abr 2019.

A problemática envolvendo as pessoas com deficiência não é algo novo no Brasil e no mundo, pois o que se observa é uma grande carga de preconceito e exclusão que essas pessoas sofreram/sofrem diariamente. Além disso, Ghirardi (1999) relata que as pessoas com deficiência foram consideradas amaldiçoadas e sempre excluídas do contexto social e objeto de caridade da comunidade. Uma história atrelada a preconceitos, desigualdades e total exclusão social destas pessoas.

De acordo com o parágrafo 1º do Decreto nº 5296/04, que regulamenta as Leis 10.048 e 10.068/2000, apresentam o conceito de pessoa com deficiência, explicam as formas de deficiência que se divide em: física, auditiva, visual e mental. Além disso, a legislação conceitua cada uma das hipóteses da seguinte forma:

§ 1º Considera-se, para os efeitos deste Decreto:

I - pessoa "portadora" de deficiência: que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias: a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho;

Inclusão Social envolve medidas assistencialistas, políticas públicas de inclusão, embora esse processo esteja presente em vários países do mundo, esse percurso não vem ocorrendo de igual maneira em todos os países. Vale ressaltar que em alguns países esse fenômeno ocorreu de forma lenta, em outros se manifestou com grande rapidez. Nas décadas de 1990 e de 2000, o campo da assistência social foi

atravessado por dois movimentos distintos e contraditórios, um em favor desta vinculada à miséria e, portanto, alvo de ações focalizadas para os mais necessitados; e outro na defesa da expansão dos direitos com perspectiva universal. (SPOSATI, 2009)

Essa pesquisa tem como objetivo geral, Compreender como se desenvolve a atuação dos profissionais que atuam no Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência (CEPID). Além disso, a pesquisa tem como objetivos específicos: descrever os serviços ofertados no CEPID para as pessoas com deficiência, apontar as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência e apresentar as percepções do (a) assistente social que desenvolve suas atividades no CEPID.

Para melhor desenvolvimento desta pesquisa adotamos uma metodologia de abordagem qualitativa, como caráter bibliográfico, campo e a utilização de entrevista para coleta de dados. Deste modo, a pesquisa abordou o problema do ponto de vista qualitativa, focando no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais, por exemplo.

Para Minayo (2001),

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14).

Apesar de julgarem a pesquisa qualitativa como sendo algo de cunho subjetivo, cremos ser necessária para a realização deste trabalho, uma vez que a forma de tratamento peculiar de cada pesquisador torna-se possível, segundo Chizotti (1998), recorreremos à pesquisa de cunho bibliográfico para adentrarmos na literatura disponível acerca do nosso objeto de pesquisa. Sobre isso, destacamos que a pesquisa bibliográfica, que é considerada uma fonte de coleta de dados secundária, pode ser definida como: contribuições culturais ou científicas realizadas no passado sobre um determinado assunto, tema ou problema que possa ser estudado (LAKATOS; MARCONI, 2001; CERVO, 2002).

Destaca-se que essa pesquisa também tem uma dimensão bibliográfica. Esta oferece um conhecimento sobre o que tem escrito em relação ao tema. A pesquisa bibliográfica não pode ser considerada como uma mera repetição do que foi escrito ou

dito sobre o assunto, mas, como um momento em que ocorre a aproximação com o tema sob várias abordagens.

Para Boccato (2006, p. 226):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Destacamos também que a pesquisa bibliográfica é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema apontado. Essa pesquisa auxilia na escolha de um método mais apropriado, assim como num conhecimento das variáveis e na autenticidade da pesquisa. Para construção da pesquisa foram consultadas várias literaturas relativas ao assunto em estudo, artigos publicados na internet, documentos, livros, entre outros que possibilitarão fundamentar este trabalho.

Dessa forma, para que haja uma verdade maior em nosso texto, realizamos, também, uma pesquisa de campo. Segundo Gonçalves (2001, p.67):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Através dessa pesquisa, foi possível ter um contato mais direto com o ambiente e com o pessoal envolvido nesta pesquisa, desde a própria sede até os profissionais atuantes no local durante o desenvolvimento do trabalho. Além disso, não ficamos, simplesmente, no subjetivismo, pois estivemos no local vivenciando cada ação, no caso o campo de realização para embasamento da pesquisa no CEPID.

O Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência foi inaugurado em fevereiro de 2014 e é mantido pelo Governo do Estado do Ceará, está situado na Rua Senador Robert Kennedy, 128 - Barra do Ceará, Fortaleza - CE. É o maior do norte e nordeste e tem a capacidade para atender 1.200 pessoas, entre jovens e adultos. Destaca-se por sua política voltada para o mercado de trabalho,

onde, neste espaço, ações de qualificação profissional para a inclusão da pessoa com deficiência são promovidas.

O CEPID dispõe de salas de aulas e laboratórios adaptados para a capacitação de seus usuários nas áreas de informática, telemarketing, hotelaria, comércio e serviços administrativos, dentre outros. Uma infraestrutura projetada e planejada para atender às necessidades das pessoas que procuram o equipamento. Destacamos, também, que o referido centro possui uma equipe multidisciplinar formado por Assistente Social, Psicóloga, Pedagoga, Fisioterapeuta, Educador Físico, Terapeuta Ocupacional, Interprete de Libras, dentre outros profissionais.

Como uma última fonte de conhecimento para a realização de nossa pesquisa, consideramos haver a necessidade de entrevistas com os envolvidos, uma vez que será através dos relatos que poderemos tentar entender como se da a inclusão dessas pessoas diante de um equipamento que veio para suprir a necessidade de incluir mais pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A entrevista segundo Severino (2007):

É uma técnica de coleta de dados de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2007, p. 124).

A entrevista é sem dúvidas uma forma de interação social, mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Segundo Gil (2008) pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação.

Os participantes da pesquisa foram informados e esclarecidos de que todos os dados do trabalho irão ser utilizados para estudos e publicados, respeitando seu anonimato. Ressaltamos que antes da realização da entrevista foram apresentados os objetivos da pesquisa em linha gerais e conforme os participantes se mostravam disponíveis lhes eram solicitados para assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices A), os documentos foram expressos em duas vias, assim, ficando uma via com o participante e outra com a pesquisadora. Todas as entrevistas

foram gravadas com a permissão do participante. Salientamos que toda a pesquisa seguiu padrões científicos e éticos.

A referida monografia está dividida em quatro capítulos distintos. No segundo capítulo trata-se da trajetória da pesquisa, ou seja, é nele que está descrito a forma de como me foi permitido entrar no campo, os métodos usados na busca de coletar informações para a composição desse trabalho.

No terceiro capítulo fazemos uma abordagem da pessoa com deficiência e sua inclusão social, além disso, vamos apresentar discussões acerca do estatuto da pessoa com deficiência.

E por fim, o quarto e último capítulo, consideramos ser um dos mais importantes, pois é neste capítulo que apresentaremos de forma mais detalhada a estrutura física do Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência.

2. TRAJETÓRIA DE PESQUISA

*A verdadeira arte de viajar...
A gente sempre deve sair à rua como quem foge de casa,
Como se estivessem abertos diante de nós todos os caminhos do mundo.
Não importa que os compromissos, as obrigações, estejam ali...
Chegamos de muito longe, de alma aberta e o coração cantando!*

(Mario Quintana)

2.1 Relatos sobre a aproximação com o objeto de estudo

Ressalto que até chegar à escolha da temática em pesquisa tive muitas dúvidas em relação ao que estudar, pois durante a vida acadêmica que pude ter contato com diversos temas e questões que me fizeram refletir sobre a atuação do profissional assistente social em diversas áreas quebrando os paradigmas de que esses profissionais só atuam na área da saúde.

A partir do 5^a semestre do curso de serviço social na Faculdade Ratio, comecei a ter contato mais de perto com instituições e equipamentos em que o profissional assistente social poderia atuar. Logo na disciplina de estágio supervisionado I, pude evidenciar com se da atuação do serviço social no sócio jurídico, através do estágio no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa (IPF), essa penitenciária é para mulheres que cometeram algum crime e que precisam cumprir penas. Inaugurado em 22 de agosto de 1974, na gestão do então Governador do Estado Dr. César Cals de Oliveira Filho, a unidade tem a capacidade para 380 internas e está situada na Br 116, Km 27 – Itaitinga-CE.

Durante a realização do estágio um dos grandes desafios era conviver com a falta de políticas de ressocialização e com a superlotação que assola essa unidade. Pude evidenciar durante a realização do estágio I, que as políticas públicas voltadas para esse público devem ter mais impacto, para desafogar os presídios, bem como definir a diferença entre o tipo de crime praticado, para que pessoas não ocupem o espaço indevidamente e não cumpram pena de forma equivocada. Ademais, todo

direito adquirido tem que ser respeitado, para tanto, o Estado que tem a responsabilidade maior no controle dos presídios, deve estabelecer formas e estratégias de unir as adversidades e os profissionais da área do sociojurídico nessa luta desenfreada para recuperar aquele ser que se desviou de sua digna conduta.

Devido à falta de vaga na unidade prisional não pude mais realizar o Estágio supervisionado II no mesmo local, foi a partir daí que fui lotada no Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoa com Deficiência (CEPID) e fiquei encantada com o trabalho que é desenvolvido na instituição. Ressalto o Estágio II foi sob a orientação da professora Marcela Barroso. Um dos processos avaliativos dessa disciplina era a construção de um projeto de intervenção, no qual alguma ação no local de estágio deveria ser desenvolvida.

Com o intuito de conhecer as atividades que eram desenvolvidas na instituição elaborei o projeto de intervenção, cujo título foi, “Serviços ofertados no Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoa com Deficiência (CEPID)” e tinha como objetivo informar os serviços ofertados na instituição, além de fazermos um panorama de como são realizadas essas atividades. Destaco que há uma essencialidade ímpar na busca de um trabalho cooperativo, principalmente, pelo que é desenvolvido e adquirido através das experiências do campo de estágio. Pensar no amanhã como um mundo igualitário, justo e sem risco social é dever do Assistente Social.

Inicialmente pensei em elaborar um estudo acerca da exploração sexual entre crianças e adolescentes, mas no decorrer da disciplina de TCC II optei por trazer as impressões que foram construídas ao longo do Estágio Supervisionado II no CEPID. Por trabalhar no Hospital Albert Sabin, local que atende crianças de todo o Estado do Ceará com os mais diversos tipos de limitações, sempre tive a vontade de entender como as pessoas com algum tipo de deficiência conseguem driblar os preconceitos e dão um novo recomeço para sua vida.

Durante a realização do estágio percebi que o CEPID era um espaço pouco procurado e isso me fez também repensar na mudança do objeto de pesquisa. Fui instigada a desenvolver uma pesquisa, na qual seria necessária a divulgação dos serviços de um equipamento tão importante para a comunidade e que auxilia na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, que ainda sofrem com a falta de oportunidades. Além disso, gostaria de ter visão ampliada dos serviços que são ofertados e que merecem ser expandidos para um maior público e possam

ter acesso aos serviços. A curiosidade de conhecer o trabalho que é desenvolvido pelo CEPID e o desejo em identificar o impacto causado pelas ações desenvolvidas pelos profissionais da instituição me fez entender que seria importante ter o CEPID como objeto de pesquisa.

Além disso, pesquisas sobre esta temática têm relevância social, uma vez que dentre outros objetivos, também visam fomentar a discussão sobre a pessoa com deficiência, reconhecendo, assim, fatores que contribuem para a formulação de políticas públicas para esse segmento, uma vez que essas políticas possibilitarão à sociedade discuti-las a fim de buscar soluções para as demandas apresentadas.

Destaco que pesquisas que abordem temáticas voltadas para a pessoa com deficiência têm grande relevância para os profissionais do Serviço Social, pois é uma pesquisa vasta de conhecimentos, em que através dela o profissional poderá mudar suas perspectivas sobre o tema, ou enriquecer seus estudos e conhecimentos, favorecendo, assim, uma nova maneira de acolhimento desse público, podendo, assim, fomentar a criação de atividades e políticas voltadas à proteção dessas pessoas que são muitas vezes destratadas e que convivem diariamente com o preconceito.

Na minha percepção, enquanto pesquisadora, não bastava realizar só os levantamentos bibliográficos e teóricos, eu precisava ter um contato maior com a instituição e com os profissionais que atuam no CEPID, embora isso tenha sido feito no estágio II, minha sede agora era ter acesso a instituição como pesquisadora, para entender melhor como se dá o acolhimento e como era desenvolvido as atividades no local. No próximo tópico é possível ver como a pesquisa se desenvolveu e quem são os interlocutores que auxiliaram na construção da pesquisa.

2.2 A inserção em campo e interlocutores da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de março e abril do ano de 2019, porém, durante a vigência do Estágio Supervisionado em Serviço Social II, pude colher diversas informações que auxiliaram para construção dessa pesquisa. Ressaltamos que o campo da pesquisa foi o Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência.

O CEPID foi inaugurado fevereiro de 2014, é mantido pelo governo estadual do Ceará. A Lei de Cotas (lei complementar nº 8.213 de 1991) é um marco significativo para o acesso de Pessoas com Deficiência a oportunidade de trabalho, renda e sustentabilidade. Entretanto, estudos recentes sugerem que as grandes indústrias cearenses descumprem essa lei, não por discriminação cultural, mas pela inexistência da demanda qualificada.

Figura I: Centro De Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência (CEPID).



Fonte: *site do CEPID*

Visando garantir os direitos de inserção desse segmento na dinâmica da vida social e produtiva o projeto prevê a criação de um Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência, que será implantado no Centro Comunitário das Goiabeiras com capacidade para atendimento de 1.200 pessoas que atende PCDs auditiva, física, motora, visual e mental leve, tendo como foco a profissionalização para inserção no mercado de trabalho. Além disso, conta com equipe multidisciplinar que se dividem da seguinte forma: Assistente social,

psicóloga, pedagoga, fisioterapeuta, educador físico, terapeuta ocupacional, intérprete de libras, administrativo, serviços gerais dentre outros colaboradores.

O CEPID tem como objetivo Profissionalizar Pessoas com Deficiência para inclusão no mercado de trabalho; favorecer o cumprimento da Lei de Cotas pela via da intermediação de mão-de-obra qualificada. Além disso, a instituição oferece aos usuários orientação profissional, através de equipe multidisciplinar, curso de formação e qualificação nas áreas da indústria, comércio e serviços, de acordo com as demandas de mercado de trabalho; intermediação para o mercado de trabalho; monitoramento e acompanhamento periódico das pessoas inseridas nos postos de trabalho; sensibilização das equipes de trabalho das empresas para o trato com as pessoas com deficiência; iniciação ao paratletismo em modalidades como basquete, futsal, natação, tênis de mesa.

O CEPID atualmente representa um importante equipamento de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho para pessoas com deficiência - apesar de beneficiar muitas pessoas sem deficiência -, contudo, sua contribuição maior se refere à inclusão social que ele promove para centenas e centenas de pessoas que se beneficiam dos serviços oferecidos pela Unidade, sendo hoje um serviço de referência no trabalho com a pessoa com deficiência, tanto para usuários diretos do trabalho, quanto para as empresas que buscam trabalhadores qualificados, como para o meio acadêmico que busca no CEPID desenvolver uma série de pesquisas e estudos voltados para a temática da pessoa com deficiência, sob diferentes vieses.

Durante a realização da pesquisa, mais precisamente nos meses de abril e maio tivemos acesso aos números de pessoas que foram atendidas na instituição desde sua inauguração (2014) até os meses citados acima.

- Número de Deficientes no atendidos no CEPID; 3.464
- Número de deficientes físicos beneficiados pelo CEPID - 1.764 atendidos
- Número de deficientes que são cadastrados por mês - 126 pcds

Para que possamos entender como se dá as o acolhimento e como PE realizado o trabalho no CEPID foi necessário a realização de entrevistas com alguns profissionais da instituição, inicialmente foi pensado em realizar essas entrevistas apenas com os assistentes sociais, porém durante a realização da pesquisa evidenciamos que a instituição possui apenas uma assistente social. Dessa forma as entrevistas foram realizadas com os seguintes profissionais: (01) assistente social, (01) psicólogo e (01) orientador da qualificação profissional.

Quadro 1: Perfil dos profissionais que atuam na no CEPID

OCUPAÇÃO	Tempo de atuação no CEPID	Tempo de Formação
Assistente Social	5 anos	16 anos
Psicóloga	2 anos e 6 meses	4 anos
Orientador de qualificação profissional	3 anos	5 anos

Fonte: realizada pelo pesquisador

Para que seja assegurada a confidencialidade dos profissionais que auxiliaram na construção da pesquisa optei por resguardar o nome e apresentei o seu perfil utilizando apenas as iniciais de seu nome. Como foi dito anteriormente foram entrevistados três profissionais.

Começamos pela profissional J.D.L, que é assistente social há 5 anos no Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência (CEPID) é formada há 16 anos em serviço social, desenvolve suas atividades no acolhimento das pessoas com deficiência que buscam atendimento na instituição, além disso realiza encaminhamentos para outros órgãos dependendo da demanda de cada usuário.

O próximo profissional de sigla R.C.M, é psicóloga há 2 anos e seis meses no Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência (CEPID), seu

tempo de formação é de 4 anos. A mesma tem como principal função prestar atendimento a formação profissional, atendimento ao trabalhador e aos usuários do paradesporto⁴.

O último entrevistado R.S.T, é orientador de qualificação profissional voltado para a área do mercado de trabalho, há 5 anos no Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência (CEPID) é formado em recursos humanos a anos e 6 meses, sua atuação é voltada para preparação de pessoa com deficiência para o mercado de trabalho, bem como na captação de vagas junto ao SINE/IDT para alocação dos usuários.

Ressaltamos que os relatos coletados em campo serão apresentados no último capítulo dessa pesquisa, em que serão contextualizados as motivações e como se desenvolve as atividades de cada profissional na instituição. No próximo capítulo será realizada uma contextualização acerca da pessoa com deficiência e um breve relato acerca do estatuto da pessoa com deficiência.

⁴ As atividades físicas, esportivas e de lazer possuem valores terapêuticos para as pessoas com necessidade especiais, tendo benefícios tanto na área física, como psíquica. No Brasil e no mundo, vem sendo ampliada a participação de pessoas com deficiência física em eventos competitivos.

3. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL

“Deficiente” é aquele que não consegue modificar a vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono de seu destino.

Mário Quintana

3.1 contextualização acerca da pessoa com deficiência

Iniciamos a discussão dessa temática abordando os principais conceitos apresentados pelos autores acerca da deficiência, pois esse segmento faz parte da temática em pesquisa. Conforme explica Aceti (2007),

Considera-se pessoa com deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (ACETI, 2007, p.207).

A partir da definição apresentada na citação é possível entender que as pessoas com deficiência se caracteriza deficiente quando existe a perda e não consegue de alguma forma desempenhar atividades que antes conseguiam. As pessoas que procuram atendimento no CEPID são em sua maioria deficientes que buscam sua inserção no mercado de trabalho e qualificação profissional.

De acordo com Dumith, (2017):

A Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, declara que [...] pessoa portadora de deficiência é aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano.(p.12).

De acordo com a Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação.

No dicionário Michaelis *on-line*⁵, por exemplo, a palavra deficiente recebe uma definição bastante problemática e que tal definição acaba culminando um preconceito desmedido: “1) Que apresenta alguma deficiência; falho, imperfeito, incompleto”. Pensar numa pessoa com deficiência sob tal perspectiva é alimentar ainda mais toda a falta de visão que esse segmento possui dentro da sociedade brasileira. Definir o deficiente sob a ótica de falho, imperfeito, incompleto é subjugar a capacidade dessas pessoas, é tratá-los como se ainda estivéssemos num período em que a pessoa com algum tipo de deficiência era demonizada dentro da sociedade.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, decreto nº 186, de 2008, o conceito de deficiência foi modificado, devido as transformações ocorridas em diferentes momentos da história, pois: “A deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”. (SDH, 2011, p.22).

É fato que as pessoas com deficiência ao longo dos anos vivenciaram situações diversas de discriminação, preconceito, até percebidas por alguns povos

⁵ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 24 abr 2019.

como “anormais”, sendo, portanto, excluídas do convívio social e político. Salientamos que, historicamente, ocorreu a construção de uma imagem corrompida sobre as pessoas com deficiência, tendo, em períodos diferentes da história, sido desenvolvidas compreensões distintas sobre esses sujeitos:

Ao se buscar analisar as condições de existência das pessoas com deficiência ao longo da história, podem ser encontrados diferentes modelos de tratamento e compreensão destinados a este segmento social. As principais formas de tratamento podem ser resumidas nos modelos do extermínio ou abandono, da institucionalização, da integração e da inclusão. (PEE, 2006, p.19).

Começemos pela vida primitiva aqui na terra; imaginemos como a pessoa com deficiência vivia, tendo em vista que o único meio de sobrevivência era a caça. Diante de certa limitação podemos pensar que era uma vida sofrida. Já no Egito Antigo a deficiência de uma pessoa não era algo prejudicial, elas conseguiam se inserir dentro das mais diversas camadas da sociedade egípcia.

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos. (GUGEL, 2015, p.02)

Chegando à Grécia temos a deficiência como algo que deveria ser exposto de forma humilhante, que a pessoa que apresentasse qualquer limitação deveria ser abandonada, tendo em vista que era uma sociedade de puros guerreiros.

Entre as cidades gregas, duas tiveram papel de destaque, colaborando para a construção de modelos políticos, sociais e culturais: Atenas e Esparta. Essa valorizava a formação militar, que tinha como objetivo preparar os jovens para a guerra através do desenvolvimento da força, da coragem e da obediência. (MONTEIRO, 2009, p.7).

Podemos perceber que a pessoa com deficiência não tinha utilidade nesse período, pois como está bem explicado pelo autor os jovens eram preparados para a

guerra e caso tivesse alguma limitação deveria ser abandonado, pois não tinha serventia nenhuma para formação militar.

Para Schmidt (2011):

A finalidade da educação espartana era formar guerreiros. Com 7 anos de idade, os meninos eram afastados das mães e ficavam até os 18 anos em escolas, onde aprendiam ginástica, esportes (corridas, lutas usando o corpo, lançamento de dardos), a ler e escrever e a manejar armas. O método exigia esforços: ficavam nus até nos dias frios, tomavam banho gelado, comiam pouco, apanhavam. Tudo isso para que ficassem resistentes como o ferro. Capacidade de suportar o sofrimento físico, disciplina, habilidade militar: esses eram os objetivos principais. (p.26)

Na linha de raciocínio de demonizar a pessoa com deficiência, chegamos a Roma, onde muitos pais recebiam o “direito” de matar a criança que viesse ao mundo apresentando qualquer deformação.

Em Roma, também não se reconhecia valores em crianças “defeituosas”, mas havia um outro recurso além da execução que era o de abandonar as crianças nas margens dos rios ou em locais sagrados para serem recolhidas por famílias da plebe (NEGREIROS, 2014 p.15)

Na Idade Média a sociedade tratava a pessoa que nascia com alguma deficiência como sendo castigo de Deus e dessa forma era tratado com uma aberração e como pessoa impura, pois não seguiu os caminhos de Deus e por isso foi castigado com deformação no corpo.

Silva (2010), explica que:

(...) na Idade Média o abandono passou a ser condenado e as pessoas com deficiência começaram a receber abrigo em asilos e conventos, principalmente. Porém, nesse período. Era comum a crença de que a deficiência seria um castigo de Deus por pecados cometidos e, por isso, os indivíduos com deficiência eram alvo de hostilidade e preconceito. (SILVA, 2010, p. 40-41)

Apenas, com o advento da Idade Moderna (Século XIV) é que se começa a pensar numa questão mais humanitária, devido ao Humanismo. Como exemplo dessa “modernidade”, no século XVI, Gerolamo Cardomo, médico e matemático, inventou um código para que as pessoas surdas pudessem se comunicar.

Tristemente observamos que a história sempre foi muito cruel com a pessoa que nascia com alguma deficiência. Com o breve percurso histórico que abordamos é fácil perceber que para muitos a deficiência é vista como algo muito ruim e que incomoda, que este segmento é de total invalidez. Observemos alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e discutamos sobre eles:

Art. 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 2º Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Art. 3º Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Art. 5º Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Art. 6º Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

O art. 1º fala de tratar todos com fraternidade, ou seja, como se mantivéssemos laços de irmandade com todos ao nosso redor. Pensemos agora: Isso acontece na prática? E quando se trata da pessoa com deficiência, essa fraternidade não se mostra mais distante ainda? Não precisamos fazer um percurso longo para percebermos que a forma como a pessoa com deficiência está sendo tratada dentro de nossa sociedade não é a forma apropriada.

Passando para os arts. 2º e 3º, nos perguntamos se este segmento goza realmente de toda a sua livre liberdade, tendo em vista a falta de acessibilidade que é visivelmente percebida em vários locais. Já no art. 5º é dito que ninguém deve ter tratamento desumano, mas já não estamos sendo desumanos ao impossibilitar a pessoa com deficiência de ir e vir nas ruas das cidades? Por fim, é preciso fazer valer o que se diz no art. 6º: reconheçamos a pessoa com deficiência como ser humanos, pois eles são.

Decidimos discutir os artigos supracitados da DUDH para que a partir deles adentremos na sociedade brasileira e percebamos como é a situação da pessoa com deficiência dentro de nossa sociedade.

Segundo dados veiculados no site⁶ da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) mais de 1 bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência, a nível mundial. Já no âmbito nacional, no Brasil mais de 45 milhões de pessoas possuem alguma deficiência. Estes números revelam que o deficiente existe e que não podemos, simplesmente, fechar os olhos para esta grande parcela da sociedade brasileira e continuar na mesmice, ou seja, tratando-os à margem de tudo.

Realizando um apanhado de fatos históricos, notamos que o que as pessoas com deficiência sofrem hoje na sociedade brasileira advém desde a era colonial, conforme destaca Júnior, p. 21, 2010:

Durante o período colonial, usavam-se práticas isoladas de exclusão - apesar de o Brasil não possuir grandes instituições de internação para pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência eram confinadas pela família e, em caso de desordem pública, recolhidas às Santas Casas ou às prisões.

Tal isolamento da pessoa com deficiência ainda é muito presente nos dias de hoje em nossa sociedade. Os isolamentos se dão de várias formas (confinamentos em casa, exclusão de um determinado meio e/ou grupo social, etc.) e nos mais diversos âmbitos (em casa, no trabalho, na escola, entre outros).

3.2 Estatuto da pessoa com deficiência

O Estatuto da Pessoa com Deficiência foi sancionado em 06 de julho de 2015, através da Lei Nacional Nº 13.146, que institui a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com deficiência, publicada em 07 de julho, com a *vacatio legis*⁷ de 180 dias, a lei entrou em vigor no dia 04 de janeiro de 2016 e considera pessoa com deficiência de acordo com o art. 2º como:

⁶ Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/persons-with-disabilities/>. Acesso em: 25 abr 2019.

⁷ Expressão latina que significa vacância da lei, correspondendo ao período entre a data da publicação de uma lei e o início de sua vigência. Existe para que haja prazo de assimilação do conteúdo de uma nova lei e, durante tal vacância, continua vigorando a lei antiga.

Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação (BRASIL, 2015 p. 15)

Com a finalidade de regulamentar a convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência foi instituído para que defender que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas, em todos os aspectos da vida. Para Pablo Stolze, 2015, p. 25.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência indiscutivelmente homenageia o princípio da dignidade da pessoa humana em diversos níveis sendo considerada por especialistas, como um dos mais avançados do mundo na defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Em verdade, este importante Estatuto, pela amplitude do alcance de suas normas, traduz uma verdadeira conquista social, contudo por se tratar de lei de recente implementação, sabemos muito pouco do seu real impacto, sendo assim, tentaremos elucidar suas principais inovações, sua aplicação, e as mudanças em nosso ordenamento trazidas por ela.

Destacamos que a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência é um direito, independente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento que o indivíduo apresenta. Porém, o que se percebe é uma grande falta de informação e conhecimento que as Pessoas com Deficiência têm direito e a garantia de acesso aos mesmos, embora o que presenciamos são inúmeros casos de discriminação e exclusão.

3.3 Exclusão Social: questão que dificulta a inserção das pessoas com deficiência.

Destacamos que a exclusão social no Brasil é fruto de um complexo contexto histórico, que engloba as peculiaridades da nossa colonização, do regime

escravocrata e das políticas públicas educacionais tímidas ao longo do Século XX. Dessa forma, pode-se citar o primeiro conceito de exclusão social como sendo,

Inseparável de cidadania, que se refere aos direitos que as pessoas têm de participar da sociedade e usufruir certos benefícios considerados essenciais. A literatura costuma distinguir três tipos de direito – os direitos civis, políticos e sociais (REIS, 2007, p. 6).

Embora se tenha conhecimento que a exclusão social acarreta um série de problemas para a sociedade, Costa (2001), relata que o conceito de exclusão, só ganha de fato espaço, no domínio político em meados da década de 1990, sendo o seu uso generalizado sem, contudo, à data, se ter encontrado uma definição clara, porém trata-se de uma fase extrema do processo de marginalização, que é entendido como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade.

Segundo Xiberras (1993) algumas formas de exclusão são apenas perceptíveis. Verificam-se, quando não se exclui só materialmente ou espiritualmente os indivíduos, como, por exemplo, o caso da rejeição para fora das representações normalizantes da sociedade moderna, para Campos et al. (2004, p. 33),

[...] a exclusão social manifesta-se crescentemente como um fenômeno transdisciplinar que diz respeito tanto ao não-acesso a bens e serviços básicos, como à existência de segmentos sociais sobranes de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, de seguridade e segurança pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente.

Como é percebível nas falas do autor acima, a exclusão social está mais presente especificamente em segmentos sociais que não possuem acesso as políticas que são ofertadas a sociedade, acarretando uma carência em relação ao desenvolvimento econômico.

Sposati (1998), afirma que a contribuição à exclusão social, enquanto conceito aparece ao mesmo tempo em que a sociedade se torna econômica e socialmente dependente, a partir da regulação neoliberal⁸ que é globalizada a partir da segunda metade da década de 1970. A exclusão social hoje pode ser comparada com a universalidade e com ela aos direitos sociais e da cidadania, porém segundo a autora citada, a exclusão social pode ser compreendida como uma negação da cidadania. Desta forma Castel (2000, p. 22), refletindo o que representa a exclusão afirma que ela,

[...] se dá efetivamente pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais. Não se nasce excluído, não se esteve sempre excluído, a não ser que se trate de um caso muito especial. Pessoas que sempre estiveram à margem da sociedade, nunca entraram nos circuitos habituais do trabalho e da sociabilidade ordinária, vivem entre si e se reproduzem de geração em geração, etc. não se trata mais de uma pobreza residual, de alguma forma intemporal, mas de uma novidade que exige análises novas, porque representa o que hoje há de inédito na conjuntura social.

Fazendo uma reflexão sobre a fala do autor citado acima, podemos verificar que a exclusão social não se restringe uma quantidade de direitos ou a um segmento da população, mas de um problema que cresce a cada dia e com difíceis variáveis de controlar, pois esse fenômeno não se apresenta com uma situação isolada, mas como um problema de inserção em uma sociedade cada vez mais excludente.

A seguir vamos apresentar a importância do trabalho que é desenvolvido no CEPID, como se estrutura a instituição, além disso, vamos descrever os relatos coletados em campo, por meio das entrevistas realizadas com 3 profissionais que atuam na instituição.

⁸ É a tendência atualmente dominante na ordem econômica internacional, com a defesa do Estado Mínimo.

4. A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DESENVOLVIDO NO CEPID PARA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

"Louco" é quem não procura ser feliz com o que possui.

"Cego" é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

"Surdo" é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

"Mudo" é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

"Paralítico" é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

"Diabético" é quem não consegue ser doce.

"Anão" é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:

"Miseráveis" são todos que não conseguem falar com Deus.

Mário Quintana

4.1 Atuação do serviço social na instituição.

Antes de iniciarmos a discussão acerca da atuação do serviço social no CEPID, faz-se necessário apresentar o contexto histórico da profissão, para chegar até os dias atuais e assim entendermos como o serviço social passou de ser tido como obras de caridades a se tornar fundamental na garantia de acesso aos direitos adquiridos ao longo dos anos e nos acesso as políticas públicas existentes. Para Montaño (1998) o serviço social faz parte deste processo de evolução histórica do capitalismo e afirma que o serviço social é uma profissionalização, organização e sistematização de caridade e da filantropia.

O profissional em Serviço Social surge no Brasil no final da década de 1930, após a Revolução Industrial, período em que o país passava pelo processo de urbanização e industrialização onde crescia o desenvolvimento econômico das classes. Entre 1940 e 1950, houve um reconhecimento da profissão, mais sua regulamentação como profissão aconteceu em 1957, com a Lei nº. 3252. Desde

então essa categoria de profissionais veio a se expandir em diversas áreas, tornando-se interessante no meio jurídico, no qual esses profissionais passam a ser vistos como agentes que viabilizam a garantia de direitos. O Assistente Social entende a necessidade de responderem a aplicação e da execução da lei nesses espaços de privação de liberdade, embora compreendam que essas situações estejam relacionadas às expressões da questão social.

A trajetória da categoria dos profissionais do Serviço Social completou 80 anos. É uma profissão que surgiu no nosso país na década de 1930, de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que trabalha com várias expressões da questão social. Uma luta constante contra a desigualdade social. A partir das décadas entre 1970 e 1980 foi construído o projeto ético-político, e esses projetos foram claramente expressos na Legislação vigente, no Código de Ética de 1993, e nas Diretrizes Curriculares.

Destacamos que a prática profissional do assistente social é orientada pelos princípios e direitos firmados na Constituição e 1988 e pelas legislações, conforme a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei nº. 8.662, de 7 de junho de 1993, onde esse profissional preza seu código de ética. Porém, essa profissão é um desafio constante, por enfrentar desigualdades sociais, culturais e socioeconômicas. Por trabalhar políticas sociais e resguardar o que é de direito da população, tendo sempre que estar atuante nas transformações, com a finalidade de mediar toda e qualquer situação oriunda de sua competência e fazê-lo em instituições penitenciárias é crucial.

O atual Código de Ética de 1993, que representou a expressão formal da ruptura com o conservadorismo no campo da ética. Nas atividades profissionais, de acordo com o Artº 5º, são deveres do assistente social, nas suas relações com os usuários:

Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; bem como garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrários aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código.

Iamamoto (2008) ressalta que há um grande desafio para o Assistente Social, que é cumprir o Código de Ética na atualidade, pois estamos diante de um retrocesso, no qual muitas vezes esses profissionais encontram-se tolhidos, mas essa é mais uma manobra de forma positiva que deve ser enfrentada com luta e muita persistência. E praticá-lo na área jurídica é um tanto antagônico, pois esse profissional usa apenas de sua relativa autonomia.

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2008, p. 77).

Desta forma, o trabalho desempenhado pelo assistente social necessita estar atento e ser um agente transformador e bastante criativo, pois é uma das exigências desse profissional, articulações em qualquer segmento que atue.

Durante a realização da pesquisa evidenciamos que é de fundamental importância a atuação do serviço social na instituição, pois é desenvolvido atendimentos individuais, respeitando as particularidades de cada usuário, atendimentos coletivos, visitas domiciliares e institucionais, visitas guiadas com alunos de faculdades e outros públicos, mediação de conflitos de funcionários e/ou alunos e orientações e capacitações.

4.2 Estrutura física do CEPID

Considerado um dos maiores centros do Norte e Nordeste e com capacidade para atender 1.200 jovens e adultos. O equipamento dispõe de salas de aulas e laboratórios adaptados para capacitação nas áreas de informática, telemarketing, hotelaria, comércio e serviços administrativos, confecção e moda inclusiva, bem como cursos de Libras, formação de Audiodescritores e Braille e dispõe também de

unidade de atendimento do SINE/CE na própria unidade. Além de completa infraestrutura para atendimento das pessoas com deficiência, como academia de baixo impacto, auditório, piscina e quadra poliesportiva acessíveis para para-esportistas de diversas modalidades: natação, basquete, futsal e tênis de mesa; e salas de convivência com cafeteria.

Figura II: entrada do CEPID



Fonte: *site* do CEPID

O Centro tem uma estrutura completa para formação profissional, intermediação e inserção no mercado de trabalho desse segmento, que representa quase 28% da população cearense.

Figura III: Auditório para realização de palestras e cursos



Fonte: *site* do CEPID

Figura IV: sala de aula



Fonte: site do CEPID

Atualmente no CEPID são disponibilizados 2.400 cursos, em diferentes áreas, abaixo discriminadas: Cursos com foco na capacidade empreendedora:

- Mundo dos Pequenos Negócios
- Artesanato como Negócio
- Empreendedorismo
- Plano de Negócio
- Elaborando o Plano de Negócio
- Empreendedor Individual (Trabalho Autônomo)

Figura V: área de convivência e de realização de cursos com foco na formação para o mercado de trabalho.



- Ética e Cidadania
- Preparação para o Emprego
- Qualidade no Atendimento

Figura VI: realização de cursos com foco na inclusão digital:



Fonte: *site do CEPID*

Aulas desenvolvidas em laboratório de informática, com foco na realização do dia “D”, ação que é desenvolvida pela instituição em que são realizadas atividades que buscam a inclusão da pessoa com deficiência. Durante o curso de inclusão digital os usuários aprendem:

- Excel e Software Livre
- PowerPoint e Software livre
- Letramento Digital
- Introdução a Informática
- Windows e Software Livre
- Word e Software Livre

4.3 Relatos dos profissionais que atuam no CEPID

A pesquisa em campo nos permitiu ter um contato maior com o nosso objeto de pesquisa e entender como se caracteriza a instituição em estudo. Durante a realização das entrevistas foi possível perceber que os profissionais gostam do trabalho que desenvolvem na instituição, além disso, foi possível observar como o trabalho que eles desenvolvem transforma de alguma forma a vida dos usuários que estão na instituição. Descreveremos abaixo o resultado dessas entrevistas coletas em campo.

Quando questionados sobre como é feito o acolhimento das pessoas com deficiências que buscam atendimentos no CEPID, a assistente social nos relatou que: “inicialmente realizamos cadastros, com alguns dados, como idade, endereço, escolaridade, qual deficiência, algumas experiências profissionais, cursos e o que busca no CEPID”. Esse tipo de procedimento que é realizado pela profissional do serviço social, consideramos de fundamental importância, pois como é o primeiro contato que os usuários têm com a instituição é possível logo no início realizar encaminhamentos a partir das demandas que eles apresentam.

A segunda entrevistada, no caso a psicóloga acrescentou que depois do preenchimento dos dados cadastrais com a assistente social “a pessoa com deficiência (PCD) é encaminhada ao setor psicossocial, onde realizamos uma entrevista para identificar qual atividade se encaixa no perfil dessa pessoa”. Já o Orientador de qualificação profissional nos informou que: “a pessoa com deficiência sempre procura o setor de qualificação profissional em busca de oportunidade de emprego”. Para Hansel (2009):

A importância de as instituições desenvolverem os cursos para a qualificação profissional dos deficientes em consonância com as necessidades do mercado, eis que, assim, haverá a possibilidade de direcionar as atividades, de acordo com o perfil do indivíduo e as demandas das empresas, porque, no entendimento o trabalho das entidades é finalizado com a real inclusão do deficiente na sociedade, com a participação da PcD como um sujeito produtivo (p. 35).

Durante a realização das entrevistas evidenciamos que quando são identificadas as necessidades de cada usuário, os mesmos são orientados a fazer

cursos de qualificação profissional de acordo com suas habilidades e competências, além disso, alguns usuários podem de imediato ser encaminhados para mercado de trabalho e alguns para atividades esportivas nas diversas modalidades.

Questionada como se desenvolvem as atividades do serviço social na instituição a assistente social nos relatou que é por meio de “atendimentos individuais, coletivos, visitas domiciliares, institucionais, visitas guiadas com alunos de faculdades e outros públicos, além de mediação de conflitos de funcionários e ou alunos, orientações e capacitações”. Dessa forma destacamos que o Código de Ética do profissional de assistente social, estabelece que esse profissional deve atuar na:

Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e autoritarismo. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento profissional (BRASIL, 1993).

De fato percebemos que o profissional do serviço social tem um papel fundamental na instituição, pois a todo instante que estávamos na sala realizando as entrevistas as pessoas buscavam algum tipo de informação ou orientação.

A psicóloga nos informou que “no CEPID não são realizados atendimentos psicológicos com viés terapêutico/clínico, uma vez que o setor psicossocial desenvolve função de triagem, identificando o perfil de cada PcD e encaminhando. De fato não evidenciamos nenhum tipo de atendimento clínico, somente de serviços de triagem com os usuários que buscavam atendimento. O orientador de QP relatou que “ desenvolve palestras sobre como se comportar em uma seleção de emprego, as principais demandas do mercado de trabalho e faz a alocação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho”. Nesse sentido Batista (1998) apresenta que:

Para pessoa portadora de deficiência, o trabalho vai possibilitar que pareça um sujeito adulto, criativo, produtivo e responsável. “Resgatará a sua dignidade perante a sociedade e sua família.” Então, o trabalho passa a ser, para a pessoa com deficiência, uma possibilidade de se reintegrar à sociedade e de ser atuante nela, contudo é essencial um preparo profissional que esteja de acordo com as necessidades empresariais, para que a sua inserção possa ser efetiva (p. 13)

Ao ser questionado sobre quais os tipos de encaminhamentos que são realizados por cada profissional, a assistente social nos informou que o serviço social faz encaminhamentos para: “Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Casa da Mulher Brasileira, Defensoria Pública, Posto de saúde, dentre outros da rede”. A psicóloga informou que os encaminhamentos setor psicossocial são para: “Formação profissional, Atendimento ao trabalhador e Paradesporto”. Já o orientador de QP, nos disse que o encaminhamento do seu setor é basicamente para o “mercado de trabalho, pois os demais setores realizam esse tipo de procedimento”.

Ao serem perguntados se possuíam outras experiências na área de inclusão de pessoas com deficiências os profissionais responderam da seguinte forma: a assistente social relatou que: “Sim, na unidade de acolhimento para adolescentes com deficiência, idosos e mulheres”. A psicóloga informou que:

Durante minha graduação fiz estágios não obrigatórios em duas escolas inclusivas de Fortaleza, exercendo função de agente inclusivo com alunos PcD's intelectuais. Foram 3 anos e meio de estágios, juntando o tempo nas duas escolas. No estágio obrigatório clínico, atendi, durante 2 anos, paciente cadeirante.

Já o orientador de QP, informou que: “trabalhei cerca de dois anos no setor de qualificação profissional de pessoa com deficiência do SINE/CE”. Destacamos o cuidado que esses profissionais tem com cada usuário que chega em busca de atendimento na instituição, isso pode ser evidenciado na prática durante a realização da pesquisa. Para Peduzzi (2001):

O trabalho em equipe multiprofissional consiste numa modalidade de trabalho coletivo que se configura na relação recíproca entre as múltiplas intervenções técnicas e a interação dos agentes de diferentes áreas profissionais. Por meio da comunicação, ou seja, da mediação simbólica da linguagem, dá-se a articulação das ações multiprofissionais e a cooperação (p. 108).

Concordando com o autor acreditamos que o trabalho da equipe multidisciplinar é fundamental para o bom andamento das atividades planejadas, no

CEPID é perceptível, a ligação existente entre esses profissionais e o bom trabalho coletivo que eles desenvolvem.

Ao serem indagados sobre o que os motivam a trabalhar no CEPID os profissionais logo nos responderam que era muito gratificante o trabalho desenvolvido na instituição. O orientador de QP nos disse que “era muito orgulho ver essas pessoas no mercado de trabalho”. A assistente social emocionada nos disse que: “superação diante de tanto preconceito, que ainda é uma questão bastante presente, pois, cada dia aprendemos que o deficiente não se trata de coitado, mas sim o reconhecimento de que essas pessoas possuem muitas habilidades e competências e que podem realizar uma atividade profissional como qualquer outra”.

Na fala da assistente social fica evidente a mesma gosta do que faz e mais entende que a pessoa com deficiência pode desenvolver qualquer atividade independente das limitações, pois possuem habilidades e competências como qualquer pessoa. A psicóloga colocou que:

Sabendo das dificuldades cotidianas enfrentadas por PcD's é muito gratificante poder passar informações e ajudar diretamente essa causa através de um projeto como o CEPID, que é referência no estado do Ceará. Além disso, conhecer cada história de dificuldade e superação que passa pelo meu setor serve de inspiração para minha vida e escolhas.

Podemos perceber na fala da psicóloga que ela fala da importância do trabalho que é desenvolvido no CEPID, de fato a instituição é uma referência no trabalho de qualificação e inclusão da pessoa com deficiência no Estado do Ceará. Por fim, destacamos que a partir dos relatos apresentados pelos profissionais que foram entrevistados nessa pesquisa que o trabalho no CEPID modifica a vida de cada pessoa com deficiência que busca atendimento na instituição. Além disso, o atendimento diferenciado que é dado a cada um é de grande importância para que haja inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nos possibilitou um estudo que permitiu maior amplitude de conhecimento acerca da atuação dos profissionais que atuam no Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência (CEPID). A referida pesquisa teve como objetivos específicos: descrever os serviços ofertados no CEPID para as pessoas com deficiência, apontar as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência e apresentar as percepções do (a) assistente social que desenvolve suas atividades no CEPID.

A realização da pesquisa de campo nos possibilitou ter uma visão ampla acerca do CEPID que podemos caracterizar como um lugar essencial na construção de vínculos das pessoas com deficiência, bem como no processo de inclusão dessas pessoas por meio de ações que tenham essa finalidade.

O contato com o campo de pesquisa é uma das experiências mais ricas que um estudante pode ter durante a formação acadêmica, pois nos permite conhecer de perto o objeto de pesquisa e auxilia no aprimoramento do estudo. Ir para o campo nos faz entender que é necessário a criação e a implantação de ações voltadas para as pessoas com algum tipo de limitação.

Desde a realização do estágio supervisionado II, em que fui para O CEPID assumi o desafio de buscar o envolvimento com os profissionais das diversas áreas para que assim pudesse entender como cada um desenvolve suas atividades na instituição. Foi possível evidenciar a importância de uma equipe multidisciplinar que sempre tem como foco a realização de um trabalho coletivo e que possa ter ênfase na realização de suas tarefas.

Salientamos que as Políticas públicas voltadas para esse público devem ter mais impacto, para que as pessoas com deficiência possam ter acesso a todos os equipamentos públicos e privados de modo que não venham sofrer discriminação ou preconceito. Embora existam ações e programas que se objetivem na inclusão dessas pessoas, é urgente implementar programas e ações de curto prazo.

Enquanto pesquisadora considero a minha experiência extremamente enriquecedora, pois chegar nesta fase do trabalho sem dúvidas representa o

caminho percorrido, além disso, representa tudo que foi vivenciado para obter as informações aqui repassadas.

Por fim, enfatizamos que os objetivos traçados foram atingidos, e em sua totalidade nos apresentaram como as atividades que são desenvolvidas pelo CEPID são de fundamental importância para as pessoas com deficiência que buscam atendimento na instituição. Ficou claro durante a realização do estudo que CEPID precisa ter suas atividades divulgadas mais ainda para que a sociedade cearense e Brasileira possa usufruir de um espaço de boa acessibilidade e que busca a inclusão de pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACETI, Débora Cristina Siqueira. **O amparo legal aos portadores de necessidades especiais**. 2007.

ATISTA, Cristina. BORGES, Maria do Rosário. BRANDÃO, Tânia. MADER, Gabriela.

ALCÂNTARA, Maria Helena. SAMPAIO, Desire. SASSAKI, Romeu. **Educação Profissional e Colocação no Trabalho: uma nova proposta de trabalho junto à pessoa portadora de deficiência**. 2. ed. Brasília: Federação Nacional das APAES, 1998.

BRASIL. Código de Ética Profissional de Serviço Social. Brasília, Atlas 1993.

BOCCATO, V.R.C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo 2006 set-dez; 18(3)265-74.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERVO. A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

COSTA, A. B. **Exclusões sociais**. Lisboa: Gradiva, 2001.

CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, 1993.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1998. NBR 152287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011c.

DUMITH SC. **Consumo de estimulantes cerebrais.** Promoção da Saúde por estudantes de medicina de uma faculdade do extremo sul do Brasil: prevalência, motivação e efeitos percebidos. Revista Brasileira de Educação Médica, 2017; 41(1):102-9.

GONÇALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Alínea, 2001.

GHIRARDI, Maria Isabel Garcez. Representações da deficiência e práticas de reabilitação: uma análise do discurso técnico. Tese de Doutorado em Psicologia. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** Ampid (associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência), 2015.

HANSEL, Tânia Dubou. **A empregabilidade de pessoas com deficiências:** possibilidades e limitações. Cuiabá: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 20ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

JUNIOR, Lanna. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. - Brasília:** Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. : il. 28X24 cm.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica.** 4..ed.São Paulo: Atlas, 2001.

MELO Floriza Gomide Sales Rosa de. PERDIGÃO, Marilete Geralda da Siva. **A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NA SOCIEDADE DA EXCLUSÃO:** a inclusão educacional da pessoa com deficiência e sua exclusão produtiva, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Alessandra Andrea. **Corporeidade e educação física:** Histórias que não se contam na escola! Universidade São Judas Tadeu programa de pós-graduação stricto sensu mestrado em Educação Física São Paulo, 2009.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural**: por que, onde, como e para quem? Rio de Janeiro, 2014.

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. **A história da deficiência, da marginalização à inclusão social**: uma mudança de paradigma. São Paulo, 2007.

PEDUZZI, Marina. Rev. **Saúde Pública**. V. 35, nº 1. São Paulo: PUC, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

REIS, E. P.; SCHWARTZMAN, S. **Pobreza e Exclusão Social**: Aspectos Sócio Políticos. 2008

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar**: história e fundamentos/ Curitiba: Ibpex, 2010 p.40-41.

SCHMIDT, Mário. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de Proteção social não contributiva**: concepções fundantes. In: Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS/UNESCO, 2009.

STOLZE, Pablo. **Estatuto da Pessoa com Deficiência e Sistema de Incapacidade Civil**. Revista Jus Navegandi, Teresina, ano 20, n.4411, 30 jul. 2015.

XIBERRAS, Martine; (1993) “**As Teorias da Exclusão** – Para uma Construção do Imaginário do Desvio”, Coleção Epistemologia e Sociedade; 1993.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome do Entrevistado:

Data da Entrevista:

Tempo de Formação: 16 anos

Curso de Pós Graduação:

Quanto tempo trabalha no CEPID:

- 1- De que forma é feito o acolhimento das pessoas com deficiências que buscam atendimentos no CEPID?
- 2 – Como se desenvolve as atividades do serviço social na instituição?
- 3 - Quais os tipos de encaminhamentos que são realizados?
- 4 – Quais as principais demandas apresentadas pelos usuários ?
- 5 – Tem outras experiências na área de inclusão de pessoas com deficiências?
- 6 - O que mais lhe motiva a trabalhar no CEPID?

APÊNDICE B – MODELO DE OFÍCIO PARA ENTRADA EM CAMPO

À Coordenação do CEPID

Ilmo. (a) Sr.

Vimos por meio deste, solicitar uma autorização para que o (a) estudante do Curso de Serviço Social, _____ portadora de RG Nº _____, desenvolva uma Pesquisa de Campo para a coleta de dados de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) cujo título é _____
_____. Este estudo teve como objetivo geral.

Fortaleza, ____ de _____ de 201__.

Cordialmente,

ANEXO A – MODELO DE OFÍCIO PARA ENTRADA EM CAMPO

À Coordenação do CEPID

Ilmo. (a) Sr.

Vimos por meio deste, solicitar uma autorização para que o (a) estudante do Curso de Serviço Social, _____ portadora de RG Nº _____, desenvolva uma Pesquisa de Campo para a coleta de dados de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) cujo título é _____
_____. Este estudo teve como objetivo geral.

Fortaleza, ____ de _____ de 201__.

Cordialmente,

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: O impacto da violência física e psicológica na mulher agredida pelo seu parceiro: registros na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Fortaleza desenvolvida por _____. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por _____, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) _____. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é _____. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):
